

**Fabiano Couto Corrêa da Silva**  
Organizador

# **O PERFIL DAS NOVAS COMPETÊNCIAS NA ATUAÇÃO BIBLIOTECÁRIA**

Florianópolis, SC  
Rocha Gráfica e Editora Ltda.  
2020

### **Coordenação do Selo Nyota**

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

### **Comitê Editorial e Científico**

|  |   |
|--|---|
| Daniella Camara Pizarro (UDESC)        | Mariana Cortez (UNILA)                  |
| Felipe Meneses Tello (UNAM)            | Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)    |
| Mary Luz Alzate (UNAL)                 | Márcio Ferreira da Silva (UFMA)         |
| Didier Álvarez Zapata (U. de A.)       | Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS) |
| Claudia Mortari (UDESC)                | Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)     |
| Ingrid Paixão (UFBA)                   | Fabrcio Silveira do Nascimento (UFMG)   |
| Fernanda Oliveira (UFRGS)              | Luisa Tombini Wittmann (UDESC)          |
| Maria do Carmo Moreira Aguilár (UFRGS) | Lourenço Cardoso (UNILAB)               |
| Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA) | Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)    |
| Carina Santiago dos Santos (UDESC)     | Bruno Almeida (UFBA)                    |
| Ana Cláudia Borges (UFES)              | Lia Vainer Schucman (UFSC)              |
| Dorys Liliana Henao (U. de A.)         | Frederico Luiz Moreira (UFMG)           |
| Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS) | Caterina Marta Groposo Pavão (UFRGS)    |
| Ana Maria Mielniczuk de Moura (UFRGS)  | Rita do Carmo Ferreira Laipelt (UFRGS)  |
| Gercina Ângela de Lima (UFMG)          | Miguel Ángel Márdero Arellano (IBICT)   |
| Rene Faustino Gabriel Junior (UFRGS)   | Tatiana de Almeida (UNIRIO)             |

### **Comitê de Avaliadores Ad Hoc**

|  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA) | Edilson Targino de Melo Filho (UFPB) |
| Samanta Coan (UFMG)                    | Bruno Almeida (UFBA)                 |
| Nathália Lima Romeiro (UFMG)           | Frederico Luiz Moreira (UFMG)        |

Diagramação: Franciéle Garcês; Nathália Lima Romeiro

Arte da Capa: Franciéle Garcês

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

S586

O perfil das novas competências na atuação bibliotecária / Fabiano Couto Corrêa da Silva (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota) 594 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>

ISBN 978-65-87264-27-1 (impresso)

ISBN 978-65-87264-28-8 (ebook)

1. Biblioteconomia. 2. Perfil bibliotecário. 3. Mercado de Trabalho. 4. Novas competências. I. Silva, Fabiano Couto Corrêa da. III. Título.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



**Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil<sup>1</sup>**

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



**ATRIBUIÇÃO**

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e ao organizador da obra.



**COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA**

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença<sup>2</sup> que este original.

---

<sup>1</sup> Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 1 jun. 2019.

<sup>2</sup> Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 1 jun. 2019.

# BIBLIOTECAS, CULTURA E AÇÃO CULTURAL<sup>34</sup>

Celvio Derbi Casal

## 1 INTRODUÇÃO

O leitor passeia pela biblioteca. Anda pelos corredores do acervo e desliza o dedo pelas lombadas dos livros, organizados por assunto. As estantes da biblioteca são palco de conferências atemporais, encontros entre autores do passado e do presente, ininterruptamente debatendo suas questões, achados e métodos. Uma conversa não raro tensa, cheia de discordâncias e até mesmo acusações.

Há um tipo de acesso transversal aos registros escritos inventado nas bibliotecas, ancestral do hipertexto, que torna possível conduzir a leitura passando de um texto a outro, colecionando trechos de diferentes livros, seguindo múltiplas possibilidades, caminhos e diálogos, reencarnando vozes de interlocutores do passado e rearticulando debates, através das referências, citações, compilações, bibliografias, catálogos e notas de rodapé (O'DONNELL, 2000).

O leitor puxa um livro pela lombada, lê uma, duas páginas, anota uma referência, puxa outra lombada... Incauto, é pego na trama das conversas do acervo e convidado a espiar o debate, que é sempre parcial, até porque, nem todos os autores foram convidados... Toda biblioteca tem uma política de seleção para o seu acervo e, como espelho invertido e raramente explicitado, uma política de ausências.

Mas o leitor, ao aceitar o convite, não espia timidamente pelo buraco da fechadura: ele escancara a porta e entra, levando consigo toda a sua comunidade, através de seus códigos de compreensão do

---

<sup>34</sup> Este capítulo é um exercício de reflexão teórica a partir da experiência do autor como idealizador e coordenador, ao longo dos dois últimos anos, do programa de extensão “Biblioteca Viva: Laboratório de Criatividade”, que realiza ação cultural junto com a comunidade acadêmica e sociedade, na Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).



mundo e de seu tempo e também seus sentidos e expressões, suas contradições, limitações e estranhamentos, prontos para entrar na conversa e alterar substancialmente os seus rumos.

[...] deve-se considerar o conjunto dos condicionamentos que derivam das formas particulares nas quais o texto é posto diante do olhar, da leitura ou da audição, ou das competências, convenções, códigos próprios à comunidade à qual pertence cada espectador ou cada leitor singular. (CHARTIER, 1998, p. 19).

De incauto o leitor não tem nada. Como o acervo, ele é um tramado de vozes e conflitos, apagamentos e resistências, que se costuram ao seu corpo como a tinta costura as letras, palavras, frases e parágrafos nas páginas dos livros. No encontro na biblioteca, essas duas tramas tecem juntas uma tapeçaria de histórias possíveis, emoldurada pelas dinâmicas da colonialidade/modernidade na forma das ausências do acervo e da fragmentação da cultura.

A cultura é, portanto, peça fundamental para entender a função de uma biblioteca, ou como ela articula, seleciona (ou descarta), disponibiliza, apresenta e medeia os debates que nela acontecem. Suas coleções buscam representar os interesses de seu público, seja esse público os reis Assírios ou Alexandrinos – que por vaidade e ostentação pretendiam juntar “todos os livros do mundo” –, seja os moradores de algum bairro periférico de alguma cidade atual; ou os estudantes e professores de uma universidade... e esses interesses estão inscritos na cultura.

Bibliotecas, especialmente as comunitárias, utilizam a ação cultural como forma de estar em relação com as comunidades que atendem. Pela realização de debates, oficinas, rodas de conversa, trocas de experiências sobre temas de interesse comum, exposições e outras atividades, e também pela participação ativa nos espaços coletivos de convívio e de decisão comunitários, bibliotecários buscam incentivar a leitura e o uso do acervo e também a partilha de saberes. Mas, que saberes são esses? Quais vozes habitam os

corredores e as estantes do acervo? Quais ficam de fora das conversas? E que comunidades são essas? Como se relacionam com suas bibliotecas?

Como, nos encontros na biblioteca, livros e leitores engendram narrativas, a partir do reconhecimento das diferenças culturais, capazes de produzir um sentido de comunidade? Como os sentidos produzidos coletivamente se refletem na constituição dos acervos? Podem essas narrativas funcionar como linhas de fuga dos agenciamentos coloniais que atravessam tanto a comunidade quanto a biblioteca?

Para que a cultura dos livros efetivamente encontre a cultura dos leitores – e vice-versa –, permitindo que o potencial que uma biblioteca carrega como espaço de encontro e de criação se efetive, propomos aqui que os bibliotecários precisam se envolver, se afetar, mergulhar nos conflitos e contradições de sua comunidade – carregando consigo os seus próprios – e juntos produzirem sentidos, para que a biblioteca, seu acervo e suas atividades efetivamente estejam integradas às formas de pensar e agir da comunidade.

O objetivo deste capítulo é articular alguns referenciais das Ciências Humanas, especialmente dos Estudos Culturais e Decoloniais e da Psicologia Social, à prática de ação cultural em bibliotecas, como forma de pensar as possibilidades das bibliotecas enquanto dispositivos culturais, como lugares de encontro e produção de saberes, espaços vivos e abertos ao conflito, à diferença e à diversidade de modos de ser e viver.

## **2 O QUE É CULTURA?**

Começamos pela nada simples discussão em torno do conceito de cultura. É uma daquelas ideias que cruzam os campos do saber, respondendo de maneira diferente de acordo com a disciplina, problema ou a abordagem que a evocam. Dentre as inúmeras definições possíveis para “cultura”, partimos aqui daquela proposta no campo dos Estudos Culturais, e que influencia fortemente disciplinas como a sociologia, antropologia, educação e psicologia. Stuart Hall define cultura como o conjunto dos “muitos e variados

sistemas de significado que os seres humanos utilizam para definir o que significam as coisas e para codificar, organizar e regular sua conduta uns em relação aos outros” (HALL, 1997, p. 2).

De acordo com essa definição, cultura é, então, o conjunto das práticas que definem como os grupos humanos enxergam a si mesmos e aos outros e interagem entre si, ou, como Guareschi formula:

[...] ao se construir sentidos sobre as práticas os sujeitos produzem a cultura e a si mesmos. Ela é tomada como práticas sociais que, ao forjarem sentidos, ganham efeitos de verdade e instituem modos de viver, de ser, de compreender, de explicar a si mesmo e o mundo. (GUARESCHI, 2008, p. 4).

Essa produção não ocorre sem conflitos. Na realidade, são justamente as tensões e negociações sobre esses sentidos, que se dão “em um território de lutas e contestações pelos quais nos tornamos sujeitos” (GUARESCHI, 2008, p. 5), que constituem a cultura. Assim, a cultura produz a sociedade e é produzida socialmente, em interações complexas entre os indivíduos e os grupos sociais. Isso implica que as culturas (no plural) existem de forma situada política e historicamente, produzindo comunidades em torno de práticas e modos comuns de existência e atravessadas por fluxos externos, delimitando e diluindo identidades e diferenças em tensionamentos dinâmicos das relações de poder.

Podemos, como exemplo, observar as festas populares do Bumba meu Boi, no Maranhão, do Boi Bumbá, no Amazonas, e do Boi de Mamão, em Santa Catarina. Embora bastante semelhantes entre si e com provável origem comum, guardam muitas diferenças, pelos relacionamentos interculturais que trazem e pelos locais onde se manifestam. As raízes africanas, indígenas e europeias cristãs, presentes nas três festas populares, se articulam e transformam de maneira diferente, conforme a região e a mistura dos imaginários. Tornam-se encenações únicas de ciclos da existência: do

maranhense, do caboclo do norte, do manézinho do sul. São rituais que afirmam a vida dessas populações, enraízam seus costumes e geram pertencimento, identidade e reconhecimento.

Muitas outras manifestações populares, desses e de outros lugares, trazem diferentes recortes, outras “culturas populares”, de comunidades diversas, que encarnam os modos de vida da gente daquele lugar, e acontecem em um tempo sazonal, um retorno cíclico para uma consciência de comunidade, como é próprio das festas populares.

Agora imaginemos uma reportagem televisiva, sobre a festa do Bumba meu Boi. Nela, são exibidas as danças, as cores e movimentos, instrumentos e brincadeiras populares. A festa ganha um sentido de curiosidade, um afastamento que perde a dimensão de enraizamento, de reprodução do ciclo mítico que acontece, desde o preparo dos grupos de boi, das roupas e bandeiras, dos eventos que sucedem a morte do boi, das rezas e pedidos. A reportagem segue um roteiro, um padrão técnico na apresentação das imagens, intercalando as falas com as cenas de danças, construindo uma narrativa guiada para o entretenimento.

Esse programa de TV poderá ser assistido inclusive na casa da família maranhense que brincou na festa do boi. A mesma família talvez seja entrevistada pelo antropólogo, interessado em documentar e interpretar as relações da festa do Boi e suas representações do imaginário maranhense.

O capital também se posiciona nesses tensionamentos, com um poder bastante desigual na relação de forças: é uma cena comum nas grandes festas populares os quiosques e banheiros químicos bancados por empresas em troca da publicidade, muitas vezes, em parcerias com o poder público local. Não é raro essas empresas “marcarem presença” nas festas populares com investimento em “infraestrutura”, como os grandes carros de som e palcos que espetacularizam a festa e com isso alteram alguns de seus traços mais tradicionais.

As resistências se dão nesse campo complexo e difuso. Nos momentos em que a festa reencarna o mito e reafirma a vida da

comunidade. A reportagem divulga e também dilui essa expressão. O registro científico do antropólogo busca a preservação, mas também agrega elementos novos no cotidiano. É bastante conhecido o fato de que alguns terreiros de candomblé recriaram tradições africanas já esquecidas, a partir do trabalho de historiadores e antropólogos, alguns deles saídos de suas próprias comunidades. A música de massa utiliza ritmos e instrumentos das festas populares, cantores em *reality shows* saúdam os Orixás, gerando identificação imediata com parte do público que compartilha a referência cultural, num jogo de apropriações e ocupações de territórios. Dessa forma, diferentes tempos culturais, o ciclo da cultura popular, as séries da cultura industrial de massa, e a pretensamente neutra cultura erudita, vão se encontrando, se chocando em alguns pontos, coexistindo em outros. Todas atravessadas e atravessando contextos socioeconômicos, religiosos, de raça e de gênero, marcados pela colonialidade do poder.

A matriz colonial de poder, conforme a proposta de Mignolo, é “uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Nesse lado mais escuro (na verdade mais branco), estão as invasões europeias dos territórios, o genocídio e a escravização das populações, na África, Américas e no Caribe, a partir do século XV e, posteriormente, em parte da Ásia e na Oceania.

Trata-se de um discurso subjacente à ideia de modernidade<sup>35</sup> e que acompanha seus desdobramentos no mundo globalizado. A celebração globalizada das conquistas da modernidade europeia, tanto no campo econômico (capitalismo/socialismo) quanto epistemológico (ciência/conhecimento), resulta na massificação do pensamento colonial europeu sobre os povos “conquistados” – o que hoje equivale a dizer: todo o mundo globalizado – gerando uma narrativa de supremacia racializada (branca) e eurocentrada, que

---

<sup>35</sup> Os Estudos Decoloniais situam a época das invasões coloniais europeias no século XV como o advento da modernidade e não no iluminismo ou na revolução industrial como é comumente aceito (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019).

opera o apagamento das formas culturais divergentes (africana, árabe, indígena, aborígene...), superando o período colonial e se atualizando nas formas de poder, saber e ser das sociedades contemporâneas. A régua do mundo passa a ser o pensamento branco capitalista europeu.

Colonialidade do saber, segundo Lander et al. (1993, p. 5), é a capacidade do pensamento colonial de “[...] apresentar sua própria narrativa histórica como o conhecimento objetivo, científico e universal e a sua visão da sociedade moderna como a forma mais avançada – mas igualmente normal – da experiência humana<sup>36</sup>”. Maldonado-Torres (2007) relaciona a colonialidade do saber e do ser a partir da máxima cartesiana “penso, logo existo”: se o pensamento moderno prevalece sobre o dos subalternos, a própria existência desses sujeitos passa a ser questionada, produzindo uma desqualificação epistêmica do outro na forma de uma negação ontológica (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019). Esse epistemicídio se traduz no desaparecimento das formas culturais tradicionais, na sua substituição pelos modos de ser colonizados e na desvalorização da vida de quem habita corpos dissidentes da norma colonial<sup>37</sup>.

Os Estudos Decoloniais<sup>38</sup> apresentam as decolonialidades como estratégias localizadas de resistência aos processos colonizadores da cultura e de afirmação dos modos de ser e viver marginalizados e invisibilizados pela lógica da colonialidade. A primeira e principal estratégia é lembrar que a matriz colonial de

---

<sup>36</sup> Tradução nossa para o trecho: “[...] *presentar su propia narrativa histórica como el conocimiento objetivo, científico y universal y a su visión de la sociedad moderna como la forma más avanzada -pero igualmente normal- de la experiencia humana.*”

<sup>37</sup> Daí a importância política de movimentos como o “Vidas negras importam!”.

<sup>38</sup> Os Estudos Decoloniais começam na América Latina, como crítica e desdobramento dos Estudos Subalternos e Pós-Coloniais, conduzidos por autores como Edward Said, Ranajit Guha e Gayatri Spivak. As propostas decoloniais se apresentam em trabalhos como os de Aníbal Quijano, Nelson Maldonado-Torres, Edgardo Lander, Walter Mignolo, Rita Segato, Arturo Escobar, entre outros, articulando as relações entre modernidade/colonialidade com as categorias raça, gênero, subjetividades, ecologia e outras (QUINTERO; FIGUEIRA; CONCHA ELIZALDE, 2019).

poder, embora hegemônica, nunca apagou totalmente os outros modos de vida e saberes, tidos como subalternos, que existem e resistem ao esmagamento colonial desde seu surgimento até os dias atuais.

Ao definirmos cultura dessa forma, nos afastamos radicalmente da noção pela qual se diz que uma pessoa “tem cultura” ou “é culta”, quando compartilha de um determinado registro de hábitos, conhecimentos, crenças e valores, considerado superior em relação a outros. Essa ideia de cultura está na raiz do modo como o pensamento moderno europeu se espalhou pelo mundo dito “civilizado”, através do discurso do desenvolvimento, levando consigo o projeto colonial de diluição e apagamento das diferenças culturais nos lugares onde se instala<sup>39</sup>. A principal premissa cultural da colonialidade é o apagamento das diferenças.

Latour (1994) situa no projeto epistemológico da modernidade a tentativa de purificação das entidades e objetos por meio de oposições binárias (sujeito/objeto, indivíduo/social), cujo efeito foi, em parte, a constituição de campos do saber pretensamente separados ou antagônicos (ciências humanas e ciências naturais; Sociologia e Psicologia). As operações de análise do pensamento moderno provocam assim uma fragmentação da realidade em categorias dicotômicas como: real/imaginado, individual/coletivo, natureza/cultura, teoria/prática, mente/corpo, entre outras. Latour introduz sua noção de redes como forma de superar as dicotomias da modernidade, integrando elementos humanos e não humanos na apreensão da composição de entidades coletivas e heterogêneas, constantemente diferenciadas (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005).

Tanto na conceituação de redes para Latour, quanto na proposta decolonial, a modernidade/colonialidade apresenta fissuras e rachaduras em seu projeto de pureza e universalidade. Por essas brechas é possível perceber que a hierarquização de saberes e

---

<sup>39</sup> Sobre a colonialidade associada à ideia de desenvolvimento cultural, indicamos o documentário “Escolarizando o Mundo: o último fardo do homem branco”, que acompanha as consequências sociais e culturais da chegada de escolas ocidentais em uma comunidade tradicional rural do sudeste asiático (BLACK, 2010).

de formas culturais que coloca saberes “científicos” acima de saberes tradicionais indígenas e africanos, por exemplo, e que cria a distinção entre “alta cultura” e “cultura popular” é uma narrativa construída politicamente, favorecendo apenas um modo de pensar e ser. Por essas fissuras e rachaduras no bloco monolítico colonial/moderno, pode-se também dar passagem à diferença cultural.

Por outra via, Rolnik (2005, p. 51-52), define o sujeito moderno como “[...] um sujeito que se vê como uma essência identitária, uma ordem estável, sempre igual a si mesma, inafetável pelo outro, igualmente entendido como tendo uma essência identitária”. Para a subjetividade moderna, a diversidade do mundo contemporâneo é sentida com pânico, um medo terrível da destruição da própria noção de identidade:

Aquela essência identitária, vivida com o inabalável na época anterior, é tomada de estranhamento, como se a casa estivesse sendo invadida por um estranho que teria imposto sua presença, independentemente de convite ou aceitação, já que ele é fruto do encontro com o outro, e que este encontro é inelutável.

Coelho (2001, p. 21) diz que “Cultura é o que move o indivíduo, o grupo, para longe da indiferença, da indistinção; é uma construção, que só pode proceder pela diferenciação. Seu oposto é a diluição”. É, portanto, justamente no encontro e reconhecimento da diferença, nos limites das identidades, do comum, que a cultura se desdobra também enquanto resistência à colonialidade, para além da repetição e diluição da cultura midiática, tornando possível criar novas subjetividades descolonizadas.

Passando longe também de demarcações discerníveis das fronteiras identitárias, a cultura acontece deslizante e híbrida, movimenta-se entre as bordas, em assimetrias, descontinuidades e desdobramentos de si própria. Para Homi Bhabha:



Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p. 20).

Bhabha propõe a categoria da “negociação” como a possibilidade analítica de compreender os processos híbridos da cultura sem incorrer no binarismo dialético: “[...] cada posição é um processo de tradução e transferência de sentido. Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura” (BHABHA, 1998, p. 53).

A interação cultural produz assim um corpo híbrido a partir das diferenças, para muito além das identidades e comunidades fixas. A cultura está em constante mutação e atualização no encontro das diferenças culturais. E o que surge desse encontro é sempre novo e imprevisível; negociado, no sentido proposto por Bhabha. Sendo assim, não existe uma cultura “pura” ou “original”, nem mesmo a possibilidade do resgate cultural de tradições de outrora. Essa perspectiva possibilita um deslocamento do olhar para observar os fenômenos culturais não mais a partir da identidade, mas da alteridade, reconhecendo que não há uma cultura essencial, que escape aos processos hibridizantes e atravessamentos coloniais.

O estranhamento, a não identificação e a diferença se tornam então fatores importantes para “desnaturalizar” a cultura, possibilitando a percepção de que os diversos códigos culturais – principalmente os nossos próprios – não são universais e de que não existe um modo de se fazer as coisas que não seja contextual, relacional e historicamente situado.

### **3 O PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA CULTURA**

Esse sobrevoo breve e parcial sobre o complexo debate da cultura já nos permite fazer algumas observações iniciais sobre o lugar das bibliotecas na cultura, começando pela questão do

reconhecimento das desigualdades no acesso às bibliotecas. Como aponta Gomes:

É necessário pensar na relação informação e sociedade nas atividades de produção e disseminação da informação dos grupos que estão à margem em relação à dominação hegemônica valorizando seus conhecimentos e saberes, que por serem distintos, não podem ser inferiorizados. [...] a biblioteca precisa garantir o direito à leitura oportunizando o acesso de suas (seus) leitoras (es) não só ao acervo, mas também às ações que dinamizem o espaço e dialoguem com o público leitor e não leitor configurando-se como um espaço social com sentido de pertencimento à comunidade. O entendimento de público também deve ganhar outro sentido, questões socioeconômicas, gênero e raça são também pertinentes quando discutimos acesso e democracia. (GOMES, 2016, *passim*).

Tanto nos materiais que compõem o acervo, quanto na possibilidade de utilizá-lo, há uma gigantesca desigualdade, fruto das dinâmicas culturais da colonialidade. Esse é o grande desafio que se impõe às bibliotecas a partir das proposições decoloniais: a corriqueira afirmação de que as bibliotecas são “a casa do saber”, passa a ser imediatamente questionada: do saber de quem? Ao tentarmos responder essa pergunta, torna-se evidente quais autores e livros – e também quais pessoas da comunidade – não receberam o convite para os congressos silenciosos nas estantes das bibliotecas...

Silvia Cusicanqui<sup>40</sup>, em sua visita à Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos<sup>41</sup>, como professora convidada de uma importante universidade daquele país, relata seu duplo estranhamento. Com o impressionante acervo e eficiência dos serviços à sua disposição e com o tratamento dado ao tema de sua pesquisa sobre o uso tradicional das folhas de coca: nos cabeçalhos de assuntos das bibliotecas estadunidenses, “coca” ou estava associado à “coca-cola” ou ao narcotráfico, ao lado de cocaína, crack e outros entorpecentes; obras relativas à importância, simbólica, ritual e também cotidiana, das folhas de coca para os povos originários andinos, estavam representadas sob esses descritores. Ou seja, era preciso procurar por “narcotráfico” para encontrar um livro sobre como indígenas andinos utilizam as folhas de coca. Após encontrar um livro que procurava em um sebo, com o carimbo “DESCARTADO” de uma biblioteca, ela conclui que muitos livros importantes sobre temas de outras culturas, acabam perdidos nas bibliotecas estadunidenses, que se converteram em grandes “cemitérios do conhecimento” (CUSICANQUI, 2014, p. 111).

A maioria das ferramentas de classificação e indexação de assuntos em bibliotecas apresenta apagamentos carregados de colonialidade. Vamos tentar classificar um livro sobre Candomblé utilizando a Classificação Decimal Universal (CDU)? Vejamos as subdivisões para a classe “2 Religião”:

- 21 Teologia;
- 22 A Bíblia. Sagrada escritura;
- 23-28 O Cristianismo. A Religião Cristã (subdividida em: 23 teologia dogmática; 24 teologia prática; 25 teologia pastoral; 26 “a igreja cristã em si”; 27 história geral da igreja

---

<sup>40</sup> Silvia Rivera Cusicanqui: indígena Aymara, boliviana e importante teórica do pensamento decolonial e do feminismo comunitário indígena.

<sup>41</sup> A *Library of Congress* é a maior biblioteca do mundo, famosa por suas coleções abrangerem registros culturais de muitos outros países, incluindo originais e cópias de documentos que já não estão mais disponíveis no país de origem (CASAL, 2011).

cristã e 28 “igrejas, seitas e denominações cristãs”);

29 Religiões não-cristãs.<sup>42</sup>

Dentro da subdivisão “29 Religiões não-cristãs”, ao final de uma pequena lista de religiões não-cristãs específicas – que começa com religiões Greco-romanas e germânicas antigas – temos a subdivisão “299.6 Religiões dos povos africanos”, sem maiores especificidades.

Esse sistema de classificação pretensamente “universal” e seu concorrente, a Classificação Decimal de Dewey (CDD) – que consegue ser ainda pior, em termos de colonialidade – foram produzidos no século XIX no contexto da internacionalização política e científica promovida a partir de países europeus e dos Estados Unidos<sup>43</sup> e são utilizados ainda hoje na maioria das bibliotecas do mundo, incluindo as brasileiras. Há muitos outros exemplos como estes, mas já podemos, a partir destes começar a imaginar o tamanho do problema, quando os assuntos pelos quais localizamos os livros nos catálogos e nas estantes das bibliotecas revelam esse nível de colonialidade e racismo.

E quando o livro sequer está na estante? Os procedimentos de desenvolvimento de coleções adotados por bibliotecários geralmente buscam atender às necessidades e interesses identificados nos estudos de comunidades e usuários. No entanto, a lógica colonial também opera nessas ferramentas do trabalho do bibliotecário e se reflete no que fica ausente nas estantes.

A principal fonte para políticas de aquisição nas bibliotecas universitárias são as bibliografias indicadas nos currículos das disciplinas. Estudantes e professores negros e indígenas vêm denunciando a branquitude<sup>44</sup> dos currículos e bibliografias

---

<sup>42</sup> Utilizamos a Classificação Decimal Universal (CDU): edição-padrão internacional em língua portuguesa. 23. Ed. Brasília: UDC Consortium/IBICT, 1997.

<sup>43</sup> Que teve como resultado mais significativo a criação das Nações Unidas e de diversos outros organismos internacionais (CASAL, 2011).

<sup>44</sup> Branquitude é um conceito que surge a partir dos Estudos das Relações Étnico-Raciais e que demonstra como a experiência de pessoas brancas é universalizada no

acadêmicas, que ainda encontram muita dificuldade em dialogar com epistemologias diversas das do eixo Europeu. As bibliotecas poderiam auxiliar nessas discussões dando visibilidade às epistemologias contra-hegemônicas e promovendo debates que busquem o tensionamento do conhecimento naturalizado como universal, estimulando encontros de diferentes modos de saber.

Em outro ponto do universo das bibliotecas, nas públicas e comunitárias brasileiras é comum a existência dos “kits”, formados por coleções semipadronizadas de livros: literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenil e infantil, algumas revistas e talvez algumas mídias digitais, doados ou distribuídos por editoras, empresas e governos e que, muitas vezes, formam o núcleo do acervo de pequenas bibliotecas. Não há nenhum problema em ter obras de Machado de Assis ou títulos da Coleção Vagalume, e até mesmo as obras de Monteiro Lobato (conhecido racista) nas estantes. O problema é quando a composição das coleções considera apenas as obras consagradas e amplamente reconhecidas e/ou não faz a discussão de como esses materiais interagem – com seus conflitos e contradições – com a comunidade, de modo que o processo de formação do acervo acaba decidido a partir de solução pré-formatadas, que pouco dialogam com as realidades das comunidades.

Essas e outras práticas da representação de assuntos e desenvolvimento de coleções revelam uma dimensão muito profunda da colonialidade do saber bibliotecário, associada diretamente ao entendimento do propósito das bibliotecas e, de forma mais ampla, da própria ideia colonial de cultura.

As bibliotecas em geral estão impregnadas de uma histórica ideia de utilidade, de salvação pela leitura, pelo estudo. E de fato, várias delas iniciaram como ações de caridade ou assistencialismo paternalista (MILANESI, 1983). Assim, as equipes de todo o tipo de

---

discurso. Quando se fala amplamente em “sociedade”, “cultura”, “humanidade”, se está de fato falando da experiência branca. No entanto, quando se fala em raça, a experiência branca desaparece e os estereótipos raciais são atribuídos quase exclusivamente à experiência negra (HIRANO, 2013).

biblioteca não raro imaginam que sua missão seja proporcionar à sua comunidade o acesso ao conhecimento, como se esse conhecimento irradiasse do acervo e chegasse até os leitores, estes vistos como “livros em branco” ou incompletos, esponjas prontas para absorver da fonte.

No entanto, quando entendemos a cultura como as complexas relações de uma comunidade, entre si e com “os outros”, com seu contexto social, atravessadas pelas dinâmicas da colonialidade, produzindo subjetividades e saberes híbridos nas interações com a diferença, essa visão assistencialista das bibliotecas se torna insustentável e o conhecimento dos livros passa a ser apenas mais uma produção de sentido que vai interagir com os sentidos produzidos pela comunidade.

Algumas inquietações são básicas para o trabalho crítico de qualquer bibliotecário: quais livros compõem as coleções de uma biblioteca? Que percepções de mundo refletem? Qual a cor da pele e a nacionalidade dos autores? Há livros escritos por mulheres sobre as temáticas cobertas pelo acervo? O que/quem fica de fora? Como a biblioteca apresenta esses diálogos e ausências aos leitores? Como os modos de viver, ser e saber da comunidade estão representados no acervo? Que debates são possíveis em torno dessas diferenças e dos procedimentos adotados para a formação do acervo?

É necessário que bibliotecários sejam capazes de se fazer essas perguntas e reflexões sobre as coleções que administram e disponibilizam ao público, sob o risco de que nossas bibliotecas se assemelhem mais aos cemitérios do conhecimento observados por Silvia Cusicanqui. É neste ponto que a ação cultural entra em cena, como um repertório de ferramentas tão vasto quanto a criatividade da equipe da biblioteca e de sua comunidade, para que, partindo destes e de outros questionamentos, possam produzir juntas um espaço vivo e intenso de encontros.

#### **4 AÇÃO CULTURAL EM BIBLIOTECAS**

Por ação cultural, entendemos a articulação capaz de provocar encontros significativos entre pessoas e grupos, estabelecendo

interações a partir de suas identificações, e também dos conflitos, diferenças e estranhamentos, estimulando a produção de novas ideias e projetos. Trata-se de um processo de criação

[...] movido pela possibilidade, pelo vir-a-ser. É esse tipo de pensamento e essa modalidade de prática, em parte privilegiada também pela ciência mais criativa, que permite o "movimento" de mentes e corpos tão privilegiados pela ação cultural. É esse na verdade o tipo de pensamento que altera os estados, transforma o estado em processo, questiona o que existe e o coloca em movimento na direção do não conhecido. A proposta, portanto, é usar o modo operativo da arte - livre, libertário, questionador, que carrega em si o espírito da utopia - para revitalizar laços comunitários corroídos e interiores individuais dilacerados por um cotidiano fragmentante. (COELHO, 2001, p. 33-4).

A ação cultural não tem outra finalidade que não o próprio encontro. É no espaço-tempo do encontro que se dá todo o seu potencial como disparadora de fluxos no porvir. Esse potencial de criação do novo a partir do encontro possibilita à ação cultural se tornar um meio de navegar pela dinâmica cultural de uma comunidade, seus afetos e modos de ser e de se relacionar com o mundo, em composições de fluxos e linhas que interagem de forma complexa, envolvendo as relações em determinado território.

Para entendermos o potencial dos encontros, vamos tomar a ideia de “coletivo” como plano de produção do comum e o conceito de “relação” como “agenciamento” conforme proposto por Escossia e Kastrup:

A relação, entendida como agenciamento, é o modo de funcionamento de um plano coletivo, que surge como plano de criação, de co-entendramento dos seres. Cabe ressaltar que

este plano coletivo e relacional é também o plano de produção de subjetividades. Subjetividade aqui não é sinônimo de indivíduo, sujeito ou pessoa, pois inclui sistemas pré-individuais/pré-pessoais (perceptivos, de sensibilidade, etc) e extrapessoais ou sociais (maquínicos, econômicos, tecnológicos, ecológicos, etc). Assim, os processos de subjetivação são sempre coletivos, na medida em que agenciam estratos heterogêneos do ser. (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303).

Para as autoras, o coletivo constitui um plano relacional que perpassa e ultrapassa a dicotomia indivíduo-sociedade. Assim, as relações num plano coletivo não se reduzem à observação do social totalizado nem das relações interindividuais. Trata-se de “criar algo que não está nem em você nem no outro, mas entre os dois, neste espaço-tempo comum, impessoal e partilhável” (ESCÓSSIA; KASTRUP, 2005, p. 303).

Entendemos que os encontros de ação cultural nas bibliotecas constituem um plano coletivo e, portanto, produtor de subjetividades e também produtor do comum, que, como proposto por Jullien: “é um conceito político. Não é dado a priori, mas se enraíza na experiência, se aprofundando e se enriquecendo com ela. Devemos construir um comum que não é pautado em relações de semelhança nem tampouco de identidade” (JULLIEN, 2009 apud KASTRUP; PASSOS, 2013).

O comum é onde Agamben citado por Pelbart (2008, p. 9),

[...] evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um, como aquele que desafia um tanque na praça Tienanmen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, seja de



um grupo político, seja de um movimento social (AGAMBEN, 2002 apud PELBART, 2008, p. 9).

É essa resistência, da singularidade marcada pela diferenciação constante, inquestrável pelas lógicas da modernidade/colonialidade que nos interessa, e que emerge de um processo de ação cultural que se assemelha muito ao método cartográfico, como utilizado no campo da Psicologia Social, pois ele

[...] opera comunicação entre singularidades heterogêneas, num plano que é pré-individual e coletivo. Trata-se de incluir as múltiplas linhas ou vetores que Gilles Deleuze e Felix Guattari (1997) chamam de rizoma e que Bruno Latour (2000; 2007) evoca como rede de articulação e composição, para que possamos fazer emergir o entendimento de uma realidade complexa. (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 265).

A cartografia, por sua abertura para a complexidade envolvida nos encontros e a ampla participação, abrangendo a heterogeneidade campo, permite acompanhar processos, percorrer as histórias, deixando-se levar pelo campo coletivo de forças para dar passagem aos afetos e inventar coletivamente as linhas de fuga. “O desafio é evitar que predomine a busca de informação para que então o cartógrafo possa abrir-se ao encontro” (BARROS; KASTRUP, 2015, p. 57).

O método cartográfico requer uma atenção especial ao que não se espera encontrar:

[...] às irregularidades, surpresas, inconsistências, às forças declaradas ou não e aos seus jogos, aos movimentos e devires. Não busca essências ou descobertas de objetos dados, e sim a problematização do que se encontra naturalizado (VORGA, 2014, p. 797).

Também pressupõe a formação de vínculos entre os envolvidos, constituindo uma ética da confiança:

O ethos da confiança tem o sentido de abertura ao plano da experiência e de aumento da potência de agir. A cartografia como método pressupõe uma descentralização nas práticas de pesquisa, em prol de um processo coletivo e compartilhado de produção de conhecimento. Em vez de um regime de suspeita em relação à experiência, no qual toda dimensão de vínculo é tratada sob a égide do controle e do juízo, a cartografia aposta na riqueza deste plano. Conta com a sua potência de criação, abrindo-se para ser articulada por ele. Eis o que encontramos na palavra confiança – *com fiar* – fiar com, tecer com, composição e criação com o outro/outrem. (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013, p. 283).

É importante destacar que, quando falamos aqui na confiança e na potência dos encontros, não estamos falando de identificação ou de consenso. Não se trata de “encontrar pontos em comum”, ou convergências nas trocas que ocorrem nos encontros, mas, de atingir zonas de indeterminação, capazes de lançar os participantes em trajetórias inventivas (SADE; FERRAZ; ROCHA, 2013). Desse modo, a cartografia cria uma composição, sempre compartilhada, dos sentidos e afetos. O processo de organização e realização das ações culturais, bem como os desdobramentos que surgem a partir dos encontros – novos encontros, ações e projetos – funcionam como cartografias da comunidade e estabelecem percursos por suas paisagens existenciais. São essas paisagens que desnudam o acervo e a comunidade, revelando, por meio das tensões e conflitos desta, as ausências daquele.

Assumindo o papel de agente cultural e cartógrafo, o bibliotecário se torna um articulador desses encontros de criação. Um promotor das condições para que se estabeleça o diálogo entre

os membros de sua comunidade e através dele o reconhecimento das diferenças e sua relação com os fluxos mais amplos da cultura, para que esse reconhecimento permita abrir um caminho para a auto-emancipação da comunidade.

[...] um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos - sujeitos da cultura, não seus objetos. (JEANSON, 1973 apud COELHO, 2001, p. 14).

Como tudo relativo à cultura, esse papel nunca é neutro: o bibliotecário pisa o terreno levando consigo toda a sua bagagem de expectativas intenções e saberes, e também de preconceitos, conflitos e estranhamentos.

Nas bibliotecas, a ação cultural começa com a abertura da biblioteca e de sua equipe para se relacionar e ser afetada profundamente por sua comunidade. O objetivo principal e o foco do processo todo são essa relação. O que acontece a partir daí, é imprevisível, algo novo, protagonizado pela biblioteca **junto com** a comunidade.

Essa definição inverte os procedimentos de planejamento e gestão usualmente adotados por bibliotecários, que primeiro estabelecem os fins, os objetivos a serem alcançados, e a partir de então, planejam as atividades **para** seu público.

A chave postural dessa forma de atuação está na mudança do “**fazer para**” para o “**fazer com**”, que envolve o convite à participação em todos os processos constitutivos e de gestão da biblioteca. Não se trata de um antagonismo entre as ferramentas e técnicas de planejamento e gestão tradicionais dos bibliotecários e a ação cultural, mas que esta seja a bússola daquelas: o encontro e a relação com a comunidade, como orientação para produzir políticas de acervo e serviços que façam sentido para a comunidade.

Esse deslocamento é de extrema importância, pois reflete a postura ética da confiança ao convidar o bibliotecário a se perceber

como parte da comunidade onde atua, com condições de propor, mas também com responsabilidade de escutar e se disponibilizar para os conflitos e tensões que compõem não apenas as coleções da biblioteca, mas também as suas relações com a comunidade. Dessa forma, as bibliotecas se apresentam também como espaços de produção e negociação privilegiados, pelo seu potencial de trânsitos, pela sua relação com a sociedade, e por suas características institucionais.

A maioria das bibliotecas já possui tradicionalmente um conjunto de elementos que facilitam a produção de encontros onde a ação cultural pode ocorrer: o espaço físico, o ambiente, o escopo temático das coleções e o reconhecimento da comunidade<sup>45</sup>. É esse conjunto de fatores – básicos para qualquer biblioteca e cuja articulação o profissional bibliotecário toma para si como missão – que as torna potenciais pontos de convergência para suas comunidades, e o local ideal para a ação cultural.

Na tipologia das bibliotecas, as que mais têm familiaridade com a ideia de ação cultural apresentada aqui são as bibliotecas comunitárias, ao menos no contexto brasileiro. Mas muitas bibliotecas de outros tipos, como a pública, a escolar, a universitária e mesmo algumas especializadas realizam ação cultural e qualquer biblioteca pode se beneficiar dessa prática. Efetivamente, o que propomos é a criação de híbridos culturais também na tipologia das bibliotecas: que a forma de atuação em bibliotecas comunitárias que já trabalham com ação cultural e, mais importante, a forma como percebem suas comunidades, seja modelo para a atuação em qualquer outro tipo de biblioteca.

As bibliotecas comunitárias são o campo ideal para a ação cultural, principalmente pelas características de seu público: diverso o suficiente para apresentar uma ampla gama de interesses e necessidades; pequeno o suficiente para que esses interesses e necessidade possam ser minimamente conhecidos; próximo o suficiente para se estabelecer relações significativas que possibilitem

---

<sup>45</sup> Embora, com frequência, a imagem das bibliotecas esteja desgastada pela desconfiança gerada com a postura colonial geral das instituições.

a efetiva participação da comunidade na construção e funcionamento do espaço.

A própria forma como se constituem as bibliotecas comunitárias as aproxima da ação cultural. Machado (2009, p. 89, grifos da autora) aponta, dentre as particularidades que distinguem esse tipo de Biblioteca, que “[...] são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural”. Conforme a autora, a ação cultural está envolvida na própria gênese das bibliotecas comunitárias. Isso impacta de forma constituinte o envolvimento e a sensação de pertencimento da comunidade em relação à sua biblioteca.

Ainda conforme Machado, Bibliotecas comunitárias

[...] são um projeto social que tem por objetivo, estabelecer-se como uma entidade autônoma, sem vínculo direto com instituições governamentais, articuladas com as instâncias públicas e privadas locais, lideradas por um grupo organizado de pessoas, com o objetivo comum de ampliar o acesso da comunidade à informação, à leitura e ao livro, com vistas a sua emancipação social (MACHADO, 2009, p. 91).

Essa relativa independência institucional das bibliotecas comunitárias, permite-lhes a flexibilidade necessária para compor tanto o seu acervo quanto a forma do uso de seus espaços em consonância com a complexidade das transformações culturais das comunidades. É verdade que essa aparente independência de regulação institucional, muitas vezes, ocorre a partir do descaso de governos e organizações sociais com as comunidades. Entretanto, mesmo em circunstâncias estruturais e orçamentárias adversas – e às vezes precisamente por causa delas – as bibliotecas comunitárias costumam conseguir uma grande participação de suas comunidades.

Ações como sarau, rodas de conversa, oficinas, cursos, exposições, grupos de leitura, debates sobre temas relativos à comunidade, cinedebates, encontros diversos com artistas,

escritores, mutirões de jardinagem nas praças, criação de hortas urbanas etc., são realizadas em bibliotecas comunitárias, com frequência envolvendo a comunidade e a equipe da Biblioteca – que não raro é só uma pessoa – na proposição e organização, articulando com lideranças comunitárias, associações e representantes e também com o poder público e instituições privadas. A participação comunitária também se dá na gestão das políticas e dos serviços da biblioteca, com a formação de conselhos gestores com representação da comunidade e consultas amplas à comunidade nos processos decisórios.

Esse engajamento, muitas vezes, é fruto da atuação de bibliotecários ou outros colaboradores que buscam ativamente o envolvimento com suas comunidades, estimulando formas radicais de participação como a gestão compartilhada ou autogestão dos espaços. “É a idéia da gestão participativa que, além dos objetivos específicos que pode alcançar, tem como principal benefício social a própria organização da comunidade” (ALMEIDA, 1987).

A articulação com os atores da comunidade, na maioria das vezes, requer sair das bibliotecas e participar de reuniões de associações de moradores, frequentar as praças, bares e outros espaços de convívio, dialogar com moradores do bairro e também com escolas, grupos de mães e de idosos, coletivos e comércios e estabelecer relações e parcerias com igrejas, terreiros e outras organizações do território. Ao tecer essas redes e relações, as bibliotecas vão chamando e se abrindo para a participação da comunidade, observando que:

As pessoas são convidadas a participar, mas tomam suas decisões de forma espontânea. Nesse sentido, cabe lembrar que há a necessidade da equipe da biblioteca estimular essa participação individual, levando em conta que existem padrões de participação que favorecem determinados grupos e esses padrões devem ser identificados, para que possam ser minimizados os desequilíbrios entre

os diversos grupos existentes na comunidade.  
(MACHADO; VERGUEIRO, 2010, p. 251).

E assim, ouvindo histórias, conhecendo as diferentes trajetórias e também os problemas e conflitos da comunidade e colocando o espaço e recursos da biblioteca à disposição das pessoas e tecendo redes de confiança, a ação cultural já está posta em movimento.

Não há receita pronta para desenvolver a ação cultural em bibliotecas e cada contexto apresentará dificuldades e oportunidades específicas, mas, tendo os principais ingredientes – a disposição para o envolvimento com a comunidade e a abertura para o que quer que venha a surgir desses encontros – é possível transformar a realidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. B. A ação cultural do bibliotecário: grandeza de um papel e limitações da prática. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 31-38, 1987.

BARROS, L. P.; KASTRUP, V. Pista 3: Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, E.; KASTRUP, V. ESCOSSIA, L. (Org.) **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

**ESCOLARIZANDO O MUNDO: o ultimo fardo do homem branco**. Direção: BLACK, C. Estados Unidos; Índia, 2010, 66"

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1998.

COELHO, T. **O Que é Ação Cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CUSICANQUI, S. R. Un paseo por la biblioteca colonial. *In*: **Hambre de huelga: Ch'ixinakax Utxiwa y otros textos**. Querétaro: La Mirada Salvage, 2014. p. 119.

ESCOSSIA, L.; KASTRUP, V. O conceito de coletivo como superação da

dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-304, 2005.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, 2016.

GUARESCHI, N. M. F. Cultura, identidades e diferenças. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, 2008.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, 1997.

HIRANO, L. F. K. O imaginário da branquitude à luz da trajetória de Grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 48, n. 47, p. 77-125, 2013.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 263-280, 2013.

LANDER, E. et al. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 1993.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 80, 2009.

MACHADO, E. C.; VERGUEIRO, W. A prática da gestão participativa em espaços de acesso a informação: o caso das bibliotecas públicas e das bibliotecas comunitárias. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Medellín, v. 33, n. 1, p. 241, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1, 2017.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

O'DONNELL, J. J. **Avatars of the word: from papyrus to ciberspace**. Cambridge (Massachusetts); London: Harvard University Press, 2000.



PELBART, P. P. Elementos para uma cartografia da grupalidade. *In*: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). **Próximo ato**: Questões da Teatralidade Contemporânea. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. p. 33-37.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; CONCHA ELIZALDE, P. Arte e descolonização: uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, v. 3, p. 12, 2019.

ROLNIK, S. Subjetividade e história. **Rua**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 49-61, 2005.

SADE, C.; FERRAZ, G. C.; ROCHA, J. M. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 25, n. 2, p. 281-298, 2013.

VORGA, M. P. Cartografar (n) a prisão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 795-813, 2014.